

---

# PROBLEMAS DE MUDANÇA SOCIAL,

Fernando Henrique  
Cardoso

**A saída  
clássica no  
ressurgimento  
da Sociologia**

Nas discussões preparatórias deste Congresso de Sociologia houve quem propusesse, meio jocosa, meio seriamente, que o tema geral fosse tomado de empréstimo ao livro de Daniel Bell sobre as ideologias, só que mais cruel: "o fim da Sociologia".

Parecia a alguns dos sociólogos do Comitê Executivo da I.S.A. que a leitura das revistas e publicações sociológicas do último decênio pouco trazia de novo, pelo menos à "Grande Teoria". Não sem inveja, os novos tempos viram a antropologia brilhar com o estruturalismo e com a "crítica da cultura", de Foucault, deixando os sociólogos profissionais um tanto faltos de imaginação,

sem ânimo sequer para as *middle ranges theories*.

O espírito do corpo, entretanto, prevaleceu, e, redobrados de ardor criativo, eis-nos aqui a discutir o que de mais clássico há na temática sociológica: as teorias de mudança social.

E basta um relance de olhar crítico nelas para perceber-se que, apesar dos pesares, há algo de novo a ser dito e que a Sociologia, longe de extinguir-se, continua delineando novos programas de pesquisa e de interpretação.

O que de novo?

Aqui dividirei esta exposição introdutória em dois capítulos: o primeiro, sobre os temas; o segundo, quanto aos modos

---

# OUTRA VEZ?

de interpretação, deixando ao cuidado de especialistas mais competentes na matéria o capítulo sobre as técnicas. Mas no fim, apesar da minha moderada adesão à visão relativista da ciência, não me pouparei à tentação de algo dizer também sobre as novas "visões sintetizadoras", de hábito tão enganosas que melhor seria reservá-las para notas ao pé da página.

## Os novos temas nas teorias de mudança

"Mudança Social" ou "Mudança na Sociedade" ou "da Sociedade" eram os designativos constantes — definidos por teorias conflitivas e opostas — do período clássico da Sociologia. E a ambição teórica máxima aspirava a determinar as "leis" da evolução social.

Por trás destas noções, a velha idéia de Progresso, refeita no período do Iluminismo e vitoriosa no século XIX. Haveria uma mudança, mesmo que não li-

near nem constante, que comandaria a transformação das sociedades no decorrer da história.

Por certo, Ranke já se opusera à ambição dos sociólogos ou dos economistas de procurar explicação de regularidades "nomológicas" ou de aplicar modelos "ideais". Ranke insistia, no fim do século, em que a única explicação válida seria a da mudança social tal qual ela efetivamente se produzia *wie es eigentlich geschehen ist*.

Mas se a crítica alcançara os autores do passado, Marx e Durkheim à frente, sem esquecer de Comte ou de Spencer, a resposta dos sociólogos não tardou, na pena de Simmel (mesmo discordando do símile biológico de Durkheim) ou de Weber. E a sociologia desdenhava o ceticismo dos historiadores quanto aos "processos gerais" de mudança e seguia impávida na busca das regularidades que explicariam mudanças globais na sociedade.

Mais modestos em suas ambições, os

**A modéstia  
pós-clássica**

**Mais interação,  
menos revolução**

## Da herança estrutural-funcionalista...

### ... à teoria da modernização à la Weber

sociólogos pós-clássicos e pós-críticos (se dermos aos kantianos à la Weber esta designação) continuaram convencidos do valor nomotético das ciências sociais, mas aplicaram com mais ênfase sua paixão generalizadora de mudanças a aspectos parciais da sociedade (mudanças na sociedade, ao invés de mudanças no tipo de sociedade); e, em larga medida, voltaram-se mais para a ação transformadora de agentes sociais ativos em processos de interação (indivíduos e grupos) do que para a ação ao nível das estruturas (reformas e revoluções) ou mesmo de instituições-chave da sociedade (como a propriedade e o Estado).

Isto marcou uma importante transformação quanto aos temas de predileção dos sociólogos. Se Durkheim tomara a *divisão social do trabalho* — processo universal — para estudar com seus "tipos médios" os aspectos mais gerais e recorrentes da mudança, propondo "leis" aplicáveis a cada forma básica de sociabilidade "trans-histórica"; ou se Marx tomara, historicamente, as grandes transições (do feudalismo ao capitalismo, deste ao socialismo) para tema de investigação, desde Weber (neste aspecto, clássico também: "a emergência do capitalismo moderno") a sociologia da ação redefinira a temática contemporânea.

Talvez ninguém melhor do que Parsons haja proposto o grande paradigma da Sociologia do pós-guerra. E nele se vê uma combinação *sui-generis* entre uma técnica explicativa geral (extraída dos tipos ideais weberianos) e uma focalização muito específica do objeto e do tema de estudo: a família nuclear, por exemplo.

Mudança, sim. Teoria da mudança, não: teorias, plurais. E foi o estrutural-funcionalismo de Parsons e de Merton que deu à Sociologia dos anos 50 tanto o grande modelo explicativo das mudanças (o somatório de disfuncionalidades, a socialização incompleta, os valores não alcançados e até mesmo contradições vistas como "incompatibilidades" entre as exigências da situação social e o desempenho de atores) quanto o escopo da explicação: processos sociais delimitados.

As obras mais significativas deste período referem-se a temas parciais da sociedade, mesmo quando escapam ao estrutural-funcionalismo, e não se referem à análise global dos processos e padrões de mudança de um tipo de sociedade para outro. Exemplo brilhante de análise

se não-funcionalista, mas dentro deste parâmetro, é o *An American Dilemma*, de Myrdal. Mais fiel ao estrutural-funcionalismo, temos a obra de Stouffer e Lazarsfeld, *The American Soldier*.

Exceções: o próprio Parsons e seu séquito sociológico imenso estudando as "passagens" das sociedades tradicionais às modernas. Só que, no caso, não há propriamente "leis de passagens", mas uma caracterização polar, mais à la Tönnies do que à la Weber, entre tipos idealizados, sem que se possa tentar, nem de longe, analogias entre estes esforços e o que se pode chamar de "método científico" na análise de regularidades e de suas transformações. Se em Weber (ou em Parsons dos estudos específicos) há, além da tipologia, uma explicação (com a adequação causal e a adequação de sentido), com o que se convencionou chamar de análises na "teoria da modernização" — ou melhor, na tradição formal desta teoria —, não existe propriamente uma explicação, mas uma caracterização. Caracteriza-se, por oposição, mudanças ocorridas, mas não se pretende explicar sua causalidade, suas seqüências ou suas formas.

Depois dos anos 60, e especialmente a partir dos anos 70, a Sociologia sofreu nova inflexão. Dupla inflexão. Por um lado, o neomarxismo, por outro, a revalorização de temas sobre a mudança de componentes fundamentais da sociedade contemporânea, mesmo a partir da tradição da análise "empírica" ou estrutural-funcionalista.

O neomarxismo desenvolveu-se a partir de duas vertentes não exclusivas: a releitura acadêmica de Marx (Althusser, Poulantzas etc.) e a incorporação da temática do desenvolvimento econômico e da dependência aos estudos sobre as sociedades contemporâneas. A revalorização de temas sobre a mudança, se não global, de aspectos mais gerais das sociedades contemporâneas, deu-se, por sua vez, a partir, também, de duas vertentes principais: a da comparação (com divergências e convergências) entre as sociedades capitalistas e as socialistas e a do desgaste da versão gradualista das mudanças nas sociedades competitivas modernas. Na primeira destas vertentes, situam-se desde os estudos, algo lineares, dos efeitos do "industrialismo", unificando sociedades política e socialmente diversas, até estudos mais ricos de nuances como os de Raymond Aron, onde os

## Dupla inflexão nos anos 70: neomarxismo e mudança reabordada

temas da liberdade, do poder e dos limites da razão são recuperados na análise das sociedades industriais.

Na segunda vertente, seria mais apropriado dizer que houve um duplo e concomitante desgaste: o da visão gradualista da mudança social e o da visão dos "conflitos classistas" como fonte privilegiada da mudança nas sociedades modernas.

Sem que tenha havido propriamente uma crítica sistemática consistente à teoria das classes sociais e da Revolução, houve uma paulatina substituição do interesse dos sociólogos da análise da classe operária (como em Georges Friednan ou em Serge Mallet) em favor da análise dos "novos atores".

Mudança, sim, mas provocada por fatores e atores que não haviam sido contemplados pela Sociologia clássica mais interessada na mudança global da sociedade. Ao invés da noção marxista das forças produtivas — relações sociais de produção — superestrutura, a mudança poderia emergir de conflitos situados a qualquer nível da sociedade. Assim, a Revolta de Maio de 68 seria o embrião da luta entre os "produtores do saber" e os dominadores da sociedade, personificados pelo Estado. Mais do que o patronato, seria a burocracia e seria o Estado o "inimigo" dos novos libertadores da sociedade, os que contestavam a partir da ruptura dos valores culturais.

A década de 60 foi plena de novos desafios práticos e de novos enfoques sociológicos. De alguma maneira, deu-se a explosão da idéia autoconfiante de Progresso, tal como a civilização ocidental (cristão-judaica) havia formulado. Não por falta dos pressupostos materiais desta crença: a própria acumulação do saber e da técnica pôs em xeque a noção de que a solidariedade humana e os valores morais e espirituais viriam junto com o avanço econômico e civilizatório.

A guerra do Vietnã (os novos horrores da guerra vistos na TV de todo o mundo), as intolerâncias religiosas e o renascimento do regionalismo; a redescoberta do tema da desigualdade — entre as raças e entre os sexos —, bem como a obsessão com o holocausto atômico, tanto da bomba atômica quanto das próprias centrais nucleares (Three Mile Island ou Chernobyl), em conjunto, recriaram atores sociais e desenvolveram o medo e

as angústias do mundo contemporâneo.

As tranqüilas teorias da modernização ou as tormentosas teorias da revolução, ambas, na visão autoconfiante do mundo ocidental até a década de 50, pressupunham certa compatibilidade entre "crescimento econômico", "forças sociais transformadoras" e bem-estar humano. Da década de 60 para cá, rompeu-se esta serena confiança.

Na visão dos mais céticos ou pessimistas, como Robert Nisbet<sup>1</sup>, por exemplo, desapareceram as cinco premissas básicas que transformavam o dogma do progresso na idéia-força da civilização ocidental, a saber: 1. a fé no valor do passado; 2. a convicção de que a civilização ocidental seria nobre e superior às demais; 3. a aceitação do valor do crescimento econômico e dos avanços tecnológicos; 4. a fé na razão e no conhecimento científico; 5. a fé na importância intrínseca da vida no universo.

Naturalmente, não é necessário ir tão longe no subjetivismo pessimista de Nisbet. Ele é apenas um sintoma do fenômeno que deseja explicar. Mas demonstra que tanto os efeitos perversos do crescimento econômico (sem contar a má distribuição de seus frutos, mas apenas a destruição de recursos naturais, muitos dos quais não-renováveis) quanto o descrédito da "civilização ocidental", junto com os demais fatores mencionados, abalaram a crença na razão, especialmente em sua dimensão de razão essencialmente "ocidental".

Os novos temas da mudança social têm a ver com este processo. Novos "atores sociais": que sejam os "movimentos sociais" à la Alain Touraine — a reivindicação da mulher, a luta dos negros, os *grass root movements* ou as "comunidades eclesiais de base" da América Latina —, nenhum deles perpassa os textos dos clássicos da Sociologia ou mesmo dos sociólogos de até a Segunda Guerra Mundial.

E é inegável que nem a conversão sarreana ao marxismo como "ideologia de nossa época" pode diminuir a angústia existencial coletiva: o medo da morte atômica, pelo holocausto, o temor virtual da destruição não intencional provocada pela energia atômica, das novas pestes brancas (como a Aids), da violência urbana etc., convivem com a civilização gloriosa da conquista do espaço e dos avanços da biogenética e da informática.

## **Maio de 68: produtores do saber versus Estado**

<sup>1</sup> Nisbet, Robert, *History of the Idea of Progress*, Basic Books, 1984.

## **Do Vietnã a Chernobyl: novas safras da angústia contemporânea**

## Mulheres, negros, CEBs: outros atores no palco social

Quando se faz o balanço das teorias de mudança social diante da realidade contemporânea, não há como negar que as "Grandes Teorias" sofreram abalos substantivos. É certo que o desencantamento do mundo e sua burocratização crescente parecem mostrar que Weber intuiu certo. Mas nem os empresários nem os líderes da autêntica vocação política redimiram a sociedade da rotina. E quando se olha mais no detalhe, a teoria da ética calvinista — dos valores, portanto — como primeiro motor da acumulação capitalista precisou sofrer o transplante de Trevor Roper para sustentar-se um pouco melhor.

Os teóricos da modernização e os sem-número de estudos inspirados por Parsons para mostrar como se preenche o vazio (*gap*) entre o tradicional e o moderno, passando da *ascription* para o desempenho (*achievement*), ou para qualquer outro par de oposições formais, encontram-se por todos os lados pesquisas que mostram como a história é mais caprichosa.

Os estudos de Hagen sobre a Colômbia ou de Olson sobre a "lógica da ação coletiva"<sup>2</sup>, para dar alguns exemplos, constituem, na melhor das hipóteses, modelos formais e não explicações de processos reais de mudança. De igual modo, na ciência política, os intentos de S. M. Lipset para explicar a institucionalização democrática na América Latina ou o famoso livro de Rostow sobre as etapas do crescimento econômico esbarram com desmentidos factuais flagrantes.

Não se pense que a teoria marxista da mudança social encontra-se melhor situada: nem a almejada Revolução ocorreu onde prevista nem nos países nos quais ocorrem, o proletariado foi, necessariamente, a classe condutora das transformações sociais. Para não mencionar que os conflitos religiosos e as aspirações à independência nacional (estas, mais facilmente assimiláveis ao paradigma marxista da mudança) substituíram no pós-guerra os *sans-cullote* e os operários.

Mas importa menos amargar decepções de previsão teórica do passado do que reafirmar que a Sociologia atual tem sido capaz, pelo menos, de delinear novos temas e de procurar entender a dinâmica das sociedades contemporâneas com uma perspectiva mais aberta à variabilidade dos processos históricos.

É como se a grande lição da Antropo-

logia tivesse ensinado aos sociólogos que os modelos simplificadores e abstratos dos economistas — se é verdade que são úteis para criar categorias analíticas que ajudam a descrever e até a antecipar o comportamento no mercado — não servem de paradigma para descrever e interpretar (e menos ainda para antecipar o curso de ações futuras) processos sociais que são também culturais e diante dos quais, portanto, há eventualmente opções e inovações.

Diante deste quadro, ao invés de chorar como Nisbet por um dogma perdido, é melhor entender que a intercomunicação das sociedades e das culturas, no mundo atual, destrói qualquer pretensão egocêntrica de ver no mundo ocidental o modelo único e, nos caminhos momentaneamente trilhados por alguns dos países europeus ou pelos Estados Unidos, a estrada da liberdade, da igualdade e do bem-estar geral. Desta constatação não deve decorrer, por outro lado, o oposto: a falta de peso histórico, de capacidade de atuação da civilização industrial e dos modelos culturais do Ocidente. Só que, no embate dos interesses e dos valores, cada sociedade, em épocas históricas determinadas (quando não diferencialmente segmentos internos a cada uma delas), refaz o percurso. Não apenas "amalgama" soluções, como pode manter duplicidade (ou pluralidade) de padrões de estrutura social, de formas de organização e de cultura ou, até mesmo, pode recusar as soluções ocidentais por inteiro (ou quase, como no Irã, por exemplo). Ao invés de Uma Só Teoria, teorias de mudança. Ao invés do Ator Privilegiado, um caleidoscópio quanto a agentes de mudança. Ao invés de um Resultado Único, homogeneizador, universal, uma distribuição mais nuançada e rica de alternativas históricas.

Esta parece ser a lição das teorias contemporâneas da mudança social.

### Os tipos de interpretação

Os estudos sobre a mudança social constituíram, também, área privilegiada para a discussão sobre os fundamentos científicos da explicação sociológica. Até que ponto a Sociologia pode enunciar "leis de transformação"? Haveria um determinismo estrito, ou apenas se trata de tendências? Quais são os tipos de explicação que essas eventuais leis perfa-

<sup>2</sup> Ver Hagen, *Estructures Sociales et Croissances Économiques*, Paris, Éditions Internationales, 1970, e Olson, *Logique de l'Action Collective*, Paris, PUF, 1978,

## A lição antropológica...

## ... e a ótica caleidoscópica

zem: trata-se de imperativos de mudança derivados da *estrutura* da situação ou de leis condicionais? É possível determinar as *causas* das mudanças?

Um dos livros recentes mais instigadores e que dá um marco de referência para a discussão destas questões é o de Raymond Boudon sobre *La Place du Désordre*<sup>3</sup>. Nele, o autor considera que há quatro tipos distintos de teorias sobre a mudança social e uma variante importante de um destes tipos. A rigor, Boudon considera que estas teorias distintas são o que o filósofo das ciências Imre Lakatos chama de "programas", ou seja, orientações gerais que conduzem segmentos da comunidade científica no trabalho de pesquisa. Estas orientações, ou este "programa", se baseia no postulado de que é possível enunciar sobre a mudança social proposições interessantes, verificáveis e nomotéticas (isto é, cujo alcance ultrapassa um contexto temporal e espacial determinado).

O primeiro tipo de teorias assinalado é o que trata de ressaltar tendências (*trends*) mais ou menos gerais e irreversíveis. Por exemplo: a passagem do particularismo ao universalismo nas sociedades modernas, conforme Parsons. Estas "leis tendenciais" às vezes não são mais do que intuições, não comprováveis estatisticamente. Outras vezes sofisticam-se e querem definir a existência de *etapas* (como nas leis dos três estados de Comte ou, mais modestamente, nas etapas do crescimento econômico de Rostow).

O segundo tipo de teorias da mudança toma forma de "leis condicionais", do tipo "se ocorre A, segue-se B". Parsons, quando sugere que a industrialização tem como efeito reduzir as famílias à extensão da "família nuclear" (pais e filhos), formula uma teoria deste tipo.

Ou então Tocqueville, ao propor que a liberalização de um regime despótico leva à reação violenta contra ele e não à aceitação gradual da melhora obtida.

Este segundo tipo de explicação das mudanças apresenta uma variante importante quando o elemento A não é uma condição ou uma variável única, mas um *sistema* de variáveis. Neste caso, trata-se da procura de leis de estrutura, como quando, por exemplo, se diz que o sistema semifeudal tende a ser estável porque o usuário da terra, embora formalmente livre para vendê-la, tende a um endividamento constante para com o proprietário, o qual não é favorável à introdu-

ção de inovações suscetíveis de aumentar a produtividade da terra ou do trabalho. Outro exemplo seria o da teoria do "círculo vicioso da pobreza" de Nurkse, que afirma que um país pobre no momento *t* possui todas as chances de permanecer pobre em *t+1*, salvo choque exógeno, pois a pobreza implica uma baixa capacidade de poupança e de investimento que impede o aumento de produtividade.

O terceiro tipo de teorias não visa explicar o conteúdo da mudança, mas sua forma. Assim, Michel Crozier procurou mostrar que na França a mudança estaria destinada a tomar forma de grandes períodos de bloqueio, seguidos de períodos de crise, isto porque, segundo o autor, por razões culturais, quando um problema surge numa organização, seus membros procuram adaptar-se a ele, sem discuti-lo, sem questioná-lo, até que ocorra uma explosão.

A quarta modalidade explicativa de mudança na classificação de Boudon trata das *causas* ou *fatores* que a produzem. Exemplos clássicos são encontrados em Weber e Marx, sobretudo no "diálogo" entre eles sobre se os valores (como n'A *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*) primam na explicação da acumulação capitalista ou sobre se as relações sociais de produção e as forças produtivas são o *primum mobile*. O enunciado destes tipos diversos de tentativa de explicação sociológica de mudança mostra já a variabilidade tanto do alcance de cada uma destas formas quanto à precisão teórica possível como quanto à complexidade de fatores envolvidos no que se pretende explicar. Por outra parte as *leis*, *regularidades* ou intuições sequenciais a que se chega têm um estatuto teórico-epistemológico muito diverso. Boudon aconselha, por exemplo, que se adote um "determinismo bem temperado": "Em matéria de mudança social, o determinismo não é portanto um postulado indispensável, mas um *constat* que, conforme o caso, convém ou não adotar" (p. 192).

Existem processos determinados, diz Boudon, nos quais o estado em *t + 1* pode ser determinado a partir do conhecimento do seu estado em *t*. Mas esta propriedade não é geral. É preciso, para que isto ocorra, que se apresente e persista um conjunto de condições e que os atores (para Boudon, trata-se de explicar interações) estejam numa situação

## Novo marco referencial na pesquisa de Boudon

<sup>3</sup> Boudon, R., *La Place du Désordre*, Paris. PUF, 1984.

## Do choque exógeno (de Nurkse) e dos períodos de bloqueio (de Crozier) ao determinismo bem temperado

## As correções de Roper na rota weberiana

*fechada*. Ora, nem sempre é esse o caso: existem situações *abertas* nas quais o ator se depara com um conjunto de opções sem razões decisivas para optar por quaisquer delas. E existem situações nas quais certos atores podem *innovar*. Esta *inovação* pode, por sua vez, decorrer de uma demanda específica e particular ou pode ser suscitada por demandas de um sistema, ou pode ser totalmente independente. Assim, por exemplo — e eu me poupo de ir além da indicação geral —, para saber qual o peso determinante dos valores (ou das idéias) num processo de mudança, é preciso sempre vê-las em função da estrutura do processo estudado, que pode aceitá-las como *primum mobile* ou não. O mesmo valendo para as explicações ditas materialistas.

Seguindo esta linha cautelosa de interpretação, Boudon vai chamar a atenção para a necessidade de referir as explicações não aos grandes processos gerais de mudança, mas especificá-los temporal e espacialmente, bem como a delimitá-los no âmbito das estruturas globais, as quais terão eventualmente suas regras de mudança, mas elas serão menos passíveis de uma explicação propriamente científica.

Este é o último ponto sobre o qual quero chamar a atenção neste trabalho. O fato de que embora não suscetíveis de testes de validação científica à la neopositivismo, existem interpretações da mudança que, mesmo autores inscritos na tradição kantiana, como Boudon, aceitam ser de interesse.

Com efeito, esse autor distingue uma graduação lógica que vai do *enunciado de possibilidades* às *leis condicionais*, passando pelo enunciado de *conjunturas* que podem ser mais ou menos verossímeis. Estas últimas — as conjunturas — ocorrem quando um dado estado de coisas possível é mais verossímil que outro estado de coisas que lhe é oposto. Exemplo: a formulação já citada de Tocqueville sobre os efeitos da liberalização de uma ordem autoritária.

Quanto aos enunciados de possibilidades ou as leis condicionais, enquadrar-se-iam mais diretamente na lógica popperiana, a partir de questões para as quais existem respostas cuja validade é controlável cientificamente. Exemplo deste tipo de "descoberta" científica (semelhantes, por seus procedimentos, à lógica das ciências da natureza) é a correção de Trevor Roper à tese weberiana sobre a importância da ética protestante para o capita-

lismo moderno. Partindo de hipóteses microsociológicas, Trevor Roper mostra que a ligação entre o calvinismo e o capitalismo não advém diretamente da teoria da predestinação, mas do erasmismo e do fato de que os homens de negócios é que têm mais chance de aderir à ética calvinista e não à inversa; mais ainda, se há calvinistas no mundo dos negócios em regiões luteranas é porque houve migrações. Ou seja: Trevor Roper explicou um conjunto de fatos mais importantes do que os explicados por Weber e os que este explicou estão contidos naquele. Além do mais, os fatos microsociológicos explicados por Trevor Roper são *compreensíveis*, no sentido weberiano, e se ligam aos fatos macrosociológicos postos em evidência por Weber. Houve, portanto, uma *acumulação* de conhecimento.

Disto, Boudon conclui que para pertencer ao "gênero científico" os dados para os quais se busca uma explicação devem pertencer a um conjunto bem definido. "Isto implica que tais teorias não podem ser senão *locais e parciais*" (...) "A análise da mudança social não é, portanto, de maneira alguma uma ciência necessariamente inexata, destinada pela natureza de seu objeto a entregar-se aos procedimentos incommunicáveis da *Interpretação*" (p. 207).

Boudon acrescenta ainda que boa parte das teorias de mudança não são empíricas, mas formais. Exemplifica tanto com o conhecimento do artigo de Hotelling sobre a estabilidade na competição<sup>4</sup> como com as reinterpretações de Hirschman do mesmo modelo para aplicá-lo à política. E o mesmo vale para conhecido trabalho de Parsons e Smelser sobre a mudança institucional<sup>5</sup> que mostra que quando surge uma disfunção numa empresa (ou numa organização, ou mesmo num sistema social) ela *pode* ser resolvida pela criação de novos papéis sociais (*social roles*) e, conseqüentemente, por uma diferenciação de papéis. Neste tipo de explicação formal, nada se diz quanto à *freqüência* da diferenciação funcional, por exemplo, nem quanto à sua concretude: ele pode aplicar-se a processos sociais muito variados. Trata-se, pois, de uma "teoria formal" e não de uma teoria *stricto sensu*, e seria errado aplicá-la realisticamente, para dar-se conta de fenômenos observados empiricamente, salvo se forem introduzidas proposições complementares e dados apropriados.

<sup>4</sup> Hotelling, H., "Stability in competition", *The Economic Journal*, XXXIX, 1929 pp. 41-57.

<sup>5</sup> Parsons, T. e Smelser, N. *A Model of Institutional...*

## A análise como aventura do espírito

## Palavras finais

Por que fiz um resumo tão amplo do trabalho de Boudon?

Não só porque ele faz um balanço crítico do *status* epistemológico das contribuições sociológicas para a teoria da mudança social, mas porque se mostra aberto a aceitar uma visão menos "cientificista" da Sociologia. E porque, no final — e isto digo agora —, Boudon ressalta o caráter de "aventura do espírito" das análises sociológicas: deixa um lugar à indeterminação e até mesmo a julgamentos de valor indemonstráveis que juntam as peças esparsas das explicações sobre a mudança, construídas a partir de análises de probabilidades, análises conjunturais, análises formais, generalizações empíricas e mesmo simples (e às vezes ricas) interpretações.

Com este horizonte amplo, a Sociologia, ao invés de lastimar as previsões não ocorridas, se enriquece e não teme aventurar-se por campos nos quais o rigor científico pode ser pequeno, mas a angústia humana requer, se não dogmas, propostas que permitam ultrapassar impasses.

Neste sentido, retomando o fio da meada, assim como mostrei na primeira parte desta exposição que há novos desafios para entender-se as mudanças do mundo contemporâneo e novos atores para enfrentá-los, quero concluir voltando aos desafios do presente, muitos dos quais estão longe de terem sido submetidos a quaisquer dos exercícios de rigor explicativo que mencionei na segunda parte desta já longa exposição.

O primeiro, base contemporânea de nosso sentido de civilização agônica, é a ameaça do extermínio da vida no planeta: a guerra e o desastre atômico, talvez mais do que pensam os sociólogos, estão no centro de uma futura teoria da mudança. A civilização "Oriental" que refaz o mundo há de mudar para responder a este desafio ou periclitará.

O segundo diz respeito precisamente à reformulação da idéia de Progresso. Se no âmago dela está a possibilidade do holocausto (e, portanto, a própria negação do "progresso social"), é natural que tal "progresso" deixe de ser encarado como a garantia da mudança social. Tanto as versões marxistas das "forças produtivas" como dínamo da história, quanto as versões ingênuas das teorias de modernização baseadas no industrialismo,

passam a ser alvo de crítica e se desacreditam. Mas daí não há por que aderir ao pessimismo metafísico de Nisbet. Ao contrário, especialmente os países do Terceiro Mundo continuam apostando no crescimento econômico, à condição de que o tema da igualdade — entre regiões e entre classes — tempere o ímpeto acumulativo.

Por certo, o terceiro grande desafio das mudanças contemporâneas refere-se à retomada da visão de Montesquieu ou da antropologia moderna que relativiza as diferenças culturais e civilizatórias. Não tem sentido um Ocidente arrogante e um Oriente humilhado ou um Norte pretensioso e um Sul cabisbaixo. Talvez por causa da unidade real dos sistemas de comunicações e da prosperidade já acumulada no Planeta se tenha tornado possível um mundo "Oriental", como eu disse, no qual as dimensões culturais convivem, ora interpenetrando-se, ora existindo como pluralidades opcionais. E é este o mais rico dos desafios para construção de uma teoria da mudança que não suponha que já se conhece o ponto de chegada que seria, para as nações em desenvolvimento, o porto de ancoragem constituído pelas já desenvolvidas. Não só estas últimas continuam a desenvolver-se como sofrem nas suas mudanças os efeitos dos processos sociais que ocorrem nos países em desenvolvimento.

Por fim, permanece intacto o outro grande valor que o século XIX ressaltou e que o nosso século permite resolver: o da igualdade. Para que as mudanças ocorram com força não se precisa só de um dogma, mas de uma utopia. A da nossa época, do fim do milênio, existe e é gritante: a luta para acabar com a pobreza.

É provável que estes temas ou desafios não sejam passíveis de tratamento científico rigoroso, mas, como disse Boudon, sem certo subjetivismo e sem que se abra a possibilidade de que ocorra o inesperado, tampouco a História caminha nem é compreensível. Não serão temas, quiçá, estritamente científicos. Mas são indispensáveis para que as teorias — exatas, parciais e bem fundamentadas — sejam também relevantes e dotadas de interesse.

Fernando Henrique Cardoso é sociólogo e senador da República.

Novos Estudos CEBRAP, São Paulo  
n.º 16, pp. 54-61, dez. 86

## Sem adesão ao pessimismo metafísico

## O mundo "oriental" e a igualdade: os principais desafios